



**DICIONÁRIO DE
HISTÓRIA DA
I REPÚBLICA E DO
REPUBLICANISMO
VOLUME I: A-E**

coleção PARLAMENTO

de agências no estrangeiro, entre as quais uma em Portugal em 1893, reconstituída no ano seguinte com estatutos de um banco autónomo sob o nome de Crédit Franco-Portugais. Operava na Baixa (na esquina do prédio que faceia a Rua da Conceição e a Rua dos Sapateiros, estendendo-se depois até à Rua Augusta para ter fachada nas três ruas). Foi também autorizada a abertura de uma agência no Porto em 1897, que foi instalada na esquina da Rua Sá da Bandeira com a Rua Dom Pedro.

Ao longo do século 20, o Crédit Lyonnais manteve a sua posição de liderança na banca francesa e mundial. Durante a I Guerra Mundial, o ano de 1917 foi um momento difícil, pois sofreu a retirada de volumosos montantes de depósitos em virtude de muitos clientes terem tido os seus ativos confiscados pela revolução russa de 1917. Porém o período pós-I Guerra foi favorável às operações do banco, que foi lucrativo ao longo dos anos vinte, altura em que as instalações do Porto foram ampliadas, no contexto da construção da Avenida dos Aliados. Em Portugal o Crédit Franco-Portugais desenvolveu as suas operações, que incluíam descontos, adiantamentos sobre títulos, operações cambiais, e alugueres de cofres para valores. Foram seus presidentes durante a I República Auguste Cellérier, que esteve no cargo entre 1902 e 1917, e James Rossilli, que assumiu esta posição entre 1917 e 1930.

O Crédit Lyonnais foi nacionalizado no segundo pós-guerra e depois reprivatizado. Afetado por maus investimentos e escândalos financeiros, entrou em dificuldades na última década do século XX, acabando por ser adquirido por outro grupo bancário francês, o Crédit Agricole.

Em Portugal todos os bancos nacionais foram nacionalizados em março de 1975, mas o Crédit Franco-Portugais (assim como o Bank of London & South America, e o Banco do Brasil) permaneceram na iniciativa privada. O Crédit Franco-Portugais manteve a sua atividade em Portugal, até à década de 1989 com a sua designação própria, a partir de então com a denominação da casa-mãe, Crédit Lyonnais Portugal (desde 1984 tinha uma nova sede em Lisboa, na Rua Camilo Castelo Branco). Nunca desempenhou um papel importante na vida bancária portuguesa, embora tenha vindo a iniciar a abertura, em 1990, de uma rede de agências no país, e uma sucursal no *offshore* da Madeira, em 1991.

Bibliografia: Crédit Lyonnais Portugal, Paris, Crédit Lyonnais, 1993; VALÉRIO, Nuno *et alii*, *História do sistema bancário português*. Volume I: 1822-1931, Lisboa, Banco de Portugal, 2006.

[Maria Eugénia Mata]

CRÉDITO AGRÍCOLA

Considerado como «uma das iniciativas mais interessantes do regime republicano» (Azevedo Gomes), o crédito agrícola foi criado poucos meses após o movimento revolucionário que pôs fim ao regime monárquico (decreto de 1 de março de 1911). No início, visava disponibilizar crédito público de curto prazo a todos os agricultores, no território do continente e ilhas adjacentes, para as suas operações agrícolas e

comerciais através dos seus sindicatos agrícolas. A iniciativa, que partiu do republicano conservador Manuel de Brito Camacho (1862-1934), na altura ministro do Fomento, pecuária e silvícola que se articulavam com projetos de hidráulica agrícola, de supressão das terras incultas, de promoção da colonização interna e redução da emigração transatlântica, da disseminação do ensino agrícola, enfim, da intensificação da produção e modernização da empresa agrícola através da utilização de químicos e moderna maquinaria agrícola e agroindustrial. Neste quadro, desde os finais da década de 1880 que o crédito agrícola surgia como elemento essencial para a solução do *problema nacional*, sendo tratado em diferentes fóruns (congressos agrícolas e mutualistas, universidades, parlamento, imprensa, etc.) por políticos monárquicos e republicanos, aristocratas, capitalistas, intelectuais, agrónomos, economistas e homens de Direito. Deste debate, inscrito no movimento agrário finissecular, emergiram diferentes projetos que, frequentemente, romperam com as soluções próprias do liberalismo económico, pelo papel interventor que atribuía ao Estado, considerado indispensável no financiamento do crédito aos agricultores, pelo modelo de organização adotado, o qual assentava no sindicalismo agrário, enfim, pela defesa da excecionalidade de um conjunto de medidas que visavam o aumento da produção agrícola. Podemos encontrar ainda, como traços comuns desse nacionalismo económico, a frustração perante os resultados económicos das reformas liberais e da atuação dos governos da regeneração, em especial no que se refere à agricultura; a visão de Portugal como um país essencialmente agrícola e de que a sua salvação futura dela dependia; a ideia de que o potencial agrário do país estava muito aquém das suas possibilidades e de que o acesso ao crédito constituía uma forma, se não a melhor forma, de contribuir para a sua solução; o recurso sistemático a modelos de soluções adotadas em diferentes países europeus para fazer face a problemas semelhantes. Constatava-se, assim, a incapacidade das instituições de crédito existentes satisfazerem as necessidades de capital dos pequenos e médios agricultores, dos lavradores – rendeiros e rendeiros, enfim, da maioria daqueles que realmente trabalhavam a terra, devido às garantias que a banca comercial exigia (hipoteca sobre a propriedade, penhor sobre bens mobiliários mediante depósito, fiança) e, principalmente, devido às elevadas taxas de juro praticadas. O problema tinha igualmente uma dimensão social que algumas propostas visavam resolver pelo fomento agrícola, já que se associava a miséria que grassava nos campos, por um lado, à estrutura da propriedade fundiária, regionalmente muito desequilibrada, à fortíssima corrente emigratória para as Américas e, por outro lado, à incapacidade do desenvolvimento industrial e comercial em Portugal poder absorver os excedentes demográficos (Oliveira Martins, Anselmo de Andrade, Luís de Castro, Basílio Teles, Ezequiel de Campos, Francisco Grilo).

A crise financeira do Estado e os *deficits* comerciais crónicos, onde a importação dos cereais tomava um lugar de crescente relevo, volvidas duas décadas sobre o protecionismo cerealífero, tornavam a questão do crédito agrícola parte da solução para a salvação do país pela agricultura. Mas era igualmente uma oportunidade e uma resposta dos lavradores do sul às ameaças de expropriação que pairavam sobre as terras sujeitas a longos pousios, os incultos. «Deem ao Alentejo dinheiro pela taxa de juro do Banco de Portugal!», reivindicava Luís de Castro em 1911, e com ele os

D

Damas, Carlos Alberto – 364-365
 Delgado, Maria – 180-184
 Dias, Cristina – 898-903
 Dias, Luís Costa – 1114-1117
 Diogo, Maria Paula – 261-265
 Dores, Hugo – 1024-1026
 Duarte, António Paulo – 64; 337-342;
 343-344; 398-399; 737; 932-933;
 953-954; 955

E

Esteves, João Gomes – 266-268; 864-868;
 879-883

F

Farinha, Luís – 409-410; 440-441; 445-446;
 492-494; 545-546; 546-548; 564-565;
 581-582; 590; 667-668; 715-719;
 854-858; 921-922; 933-936; 941-942;
 942-943; 948-949; 1020-1021;
 1268-1276
 Fava, Fernando – 746-747
 Fernandes, José Manuel – 131-132; 167;
 1052-1055
 Fernandes, Paulo Jorge – 522-527
 Fernandes, Sofia – 172-173; 174
 Ferreira, Emília – 747-748; 975-976
 Ferreira, José Medeiros – 393-395;
 833-836
 Freire, Dulce – 58-62; 396-397; 560-561;
 939-940

G

Gameiro, Fernando Luís – 672-675
 Garnel, Maria Rita Lino – 868-873
 Garrido, Álvaro – 883-886
 Gonçalves, Eliseu – 347-351
 Guimarães, Paulo – 858-864; 956-966;
 1133-1135; 1135-1137; 1250-1255

H

Henriques, Raquel Pereira – 100-101;
 572-573; 1152-1159; 1217-1221
 Homem, Amadeu Carvalho – 441-443

J

Janeiro, Helena – 480
 Jerónimo, Miguel Bandeira – 26-31; 646

L

Leal, Ernesto Castro – 74-75; 318-320;
 621-623; 623-624; 986-990
 Leite, José Guilherme Reis – 169-171;
 332-336
 Loff, Manuel – 521-522
 Lopes, António – 223-225; 588-589;
 729-731
 Lopes, Fernando Farelo – 483-487;
 1092-1099; 1100-1103
 Losa, Leonor – 565-567
 Lousada, Maria Alexandra – 313-317

M

Mântua, Ana – 456-457; 549-550
 Mariano, Fátima – 1039-1042
 Marques, Isabel Pestana – 401-409;
 913-921
 Marques, Tiago Pires – 162-167; 969-971;
 1260-1264
 Martins, Fernando – 737-738; 944-945
 Martins, Susana – 1005-1006
 Mata, Maria Eugénia – 355-359; 488-490;
 507-511; 903-906; 906-907; 955-956;
 971-972; 972-973; 1139-1140
 Matos, Álvaro de – 79-88
 Matos, Ana Cardoso de – 1104-1111
 Matos, Luís Salgado de – 428-431; 638-641
 Melo, Daniel – 289-295
 Mendes, José Amado – 365-367; 373-375;
 774-779; 898-903
 Menezes, Filipe Ribeiro de – 64-68
 Mesquita, Marieta Dá – 175-177; 423-424;
 559-560
 Miranda, Jorge – 890-897
 Miranda, Paula Cristina – 37-40; 324-332;
 436-437
 Mogarro, Maria João – 427-428; 1083-1087;
 1188-1191
 Monteiro, José Luís – 738-739
 Moura, Lúcia de Brito – 225-230; 230-236;
 411-412; 414-421; 976-983;
 997-1002
 Mourão, Alda – 278-281; 498-500

N

Nascimento, Augusto – 295-306
 Navarro, Bruno J. – 18-19; 168-169;
 438-440; 584-585; 1026-1030